



Maria Freire e Isabel Joaquina Ramos

UE – DPAO (Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento)

UE – CHAIA (Centro de História de Arte e Investigação Artística)

UE – ICAAM (Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas)

Universidade de Évora

mcmf@uevora.pt

Shocking ShoppingScapes

Resumo:

As *ShoppingScapes* equivalem a paisagens auge de uma sociedade de consumo, otimista e incontrolável – são espelho da cultura e do momento de crise em que vivemos, por isso paisagens a colapsar. Associado à inevitável circunstância de recuo das *ShoppingScapes*, defende-se uma nova dinâmica urbana centrada nas paisagens agrícolas em meio urbano. Olhamo-la como uma permuta – com significado na valorização da paisagem, aos níveis ecológicos, sociais e culturais – e sustentamo-lo na ideia de que a inevitabilidade da decadência de um dado espaço ou paisagem ou a comprovação do seu fracasso, conduz ao reavaliar das funções e dos valores em presença. No caso em estudo – a cidade de Évora – compreende a restituição na cidade contemporânea de áreas permeáveis, de bons solos e de retorno da função produtiva, agrícola, em meio urbano.

Palavras-chave: Dinâmicas urbanas; megaestruturas comerciais; agricultura urbana; reconversão funcional

1 Introdução

A exposição '*Utilitas Interrupta. Índice infraestrutural de ambições por cumprir*', realizada em Lisboa, no ano de 2011, para a *Experimentadesign*, revelou espaços e tempos tornados obsoletos, abandonados ou em processo de lenta decomposição (Grima, 2011). A exaltação de tais insucessos mostrou-se uma oportunidade para olharmos de outro modo, para se construírem novas perspectivas, para se confrontarem valores.

É nesse sentido que nos propomos olhar para as *ShoppingScapes* – paisagens que equivalem ao auge de uma sociedade de consumo, otimista e incontrolável – espelho da cultura e do momento de crise em que vivemos, paisagens a colapsar.

É objetivo da nossa investigação relacionar o contexto ideológico em que se funda a *Utilitas Interrupta* com os argumentos incansavelmente reiterados por Gonçalo Ribeiro Telles, ao longo das últimas décadas, sobre o interesse e valor de espaços agrícolas na cidade.

As áreas com funções agrícolas são incontornáveis na sociedade e cidade do presente. As vantagens, como o confirmam vários autores entre eles Telles (1957, 1996, 1997), Bohn & Viljoen (2005), Donadieu, (2006) e Matos (2010), incluem-se nos domínios ecológicos, culturais (sociais, económicos e históricos) e emocionais.

Considera-se então que, associado à inevitável circunstância de recuo das *ShoppingScapes*, possa surgir uma dinâmica centrada nas paisagens produtivas ou agrícolas em meio urbano – observando-se como que uma permuta de valores, traduzindo-se em transformação de categorias de espaço em meio urbano – com significado na valorização global da paisagem ao nível que a entendemos: ético, estético, ecológico e cultural.

2 Dinâmicas urbanas: comerciais e agrícolas

Desde sempre as conjunturas económicas, sociais e culturais foram responsáveis pelo desencadear de processos extraordinários de mutação das nossas paisagens. Nessas transformações ou evoluções, observa-se a afirmação económica da cidade.

Desde o início, a cidade utiliza e destrói áreas férteis, que se desenvolvem em seu redor, em resposta à necessidade de cumprir funções comerciais. Assim foi na Idade Média, quando a cidade cresce como entreposto comercial, conduzindo ao surgir de novas tipologias de espaço aberto urbano – o *rossio* e *campo* ou *chão da feira* – espaços amplos, livres, de periferia e numa situação de maior fertilidade,

especialmente ligados às funções produtivas e comerciais a que acrescem outras funções, como as recreativas (Freire, 1999).

Nas últimas décadas a forte dinâmica comercial foi inovada nas megaestruturas – *grandes armazéns* ou *superfícies comerciais* e os *shopping center* – onde, à semelhança das tipologias antes mencionadas, são subsidiárias à função comercial principal, as funções de recreio e lazer. Dada a sua extraordinária dimensão ocuparam as áreas mais aplanadas das situações mais baixas, portanto áreas mais vocacionadas à agricultura.

Em comum, tais dinâmicas urbanas, têm o facto de ocuparem bons solos agrícolas e assim de fazerem evoluir espaços originalmente com funções de produção, para espaços de comércio, onde ocorre ainda a ocasião de recreio e lazer.

A mencionada afirmação económica da cidade é acompanhada por uma significativa componente agrícola, assegurada nas áreas de maior proximidade ao núcleo urbano. Na periferia das cidades dá-se então a ocupação das áreas mais baixas e assim mais frescas e os solos mais férteis.

Nas paisagens mais meridionais, entre esses espaços incluíam-se as tipologias de hortas, pomares, ferragiais, olivais, vinhas e as quintas, onde se produziam os produtos fundamentais para abastecer a cidade de frescos e matérias primas, comercializados pela atividade mercantil: “*Para além das quintas de recreio surgiram anéis concêntricos sucessivamente de hortas e pomares, olivais, ferragiais e vinhas que constituíam um todo espacial e social com o aglomerado urbano.*” (Telles, 1997: 33). A toponímia denuncia, um pouco por todo o lado, essa riqueza e funções produtivas.

A importância destes espaços de tipologia horto-pomar integra também o desenho da cidade, assegurando importantes funções produtivas e sociais ao longo do tempo e em diversos elementos urbanos: na agregação e organização dos lotes e edifícios em sistema fechado (os quarteirões) deixando livre o interior privado ou semipúblico (onde ocorrem hortos, pomares e jardins); mas também através da construção de edifícios com logradouro (ou o designado quintal, onde está presente a horta, o pomar e/ou o pequeno jardim).

À medida que as cidades mais importantes crescem e que os hábitos de consumo se alteram, as áreas ocupadas pela atividade agrícola vão sendo substituídas por outras, de natureza comercial, industrial e infraestrutural, com consequente impermeabilização dos solos, destruição de *habitats* naturais e de espaços rurais tradicionais. A introdução de tais dinâmicas é acompanhada pela diversidade e multiplicidade de áreas urbanizadas, intercaladas por espaços vazios expectantes e por novas tipologias de edifícios e funções. A expansão ocorre de forma desordenada, sobretudo nas áreas periféricas, sem qualidade ambiental e sem valor estético que

possa, de alguma forma, compensar as perdas verificadas: “(...), nos últimos anos, o espaço rural passou a ser indiscriminadamente ocupado pela expansão urbana e dilacerado por infra-estruturas viárias. Hoje, há uma destruição sistemática do espaço rural pela expansão do subúrbio urbano. Verificam-se em todo o lado situações verdadeiramente caóticas.” (Telles, 1996:13).

Nesse processo, uma parte significativa das áreas agrícolas foi ocupada por edificações e por estruturas viárias e a outra parte veio sendo abandonada – numa atitude de marcada especulação imobiliária, decorrente da definição de perímetros urbanos espacialmente desajustados face ao período temporal que vigoram – sem que tais áreas sejam valorizadas como reservas estratégicas, que importa acautelar. Só as quintas foram preservadas durante mais tempo, por se tratar de uma estrutura mais erudita e consequente da maior importância social dos proprietários (Telles, 1997). A esta circunstância acresce a destruição dos sistemas agrícolas tradicionais e de valores simbólicos do espaço (rural e urbano) e ainda a introdução de novos valores e referências no imaginário das comunidades.

A história da evolução das cidades e a sua imagem característica é reveladora das dinâmicas enunciadas. A cidade contemporânea conjuga a cidade antiga, densa e coesa, com um espaço urbano periférico fragmentado, fortemente infraestruturado e construído, com resposta a múltiplas funções (habitacionais, industriais, comerciais, culturais e recreativas).

Ora a mais recente expressão urbana – até há pouco em vigorosa expansão – integra diversas e múltiplas áreas comerciais, de inegável dimensão e proporções muitas vezes abissais, pré-requisitos ao seu sucesso. Estas características exigem, juntamente com infraestruturização de apoio – rede viária e estacionamento – áreas mais aplanadas, coincidentes com os solos mais férteis, portanto com as áreas outrora com maior vocação agrícola. De que resulta uma expressiva impermeabilização e/ou destruição dos melhores solos agrícolas.

3 Inclusão e exclusão do solo agrícola classificado na cidade

À Reserva Agrícola Nacional (RAN) correspondem as áreas que apresentam um maior potencial agrícola, e assim afetas à atividade agrícola e *non aedificandi*, numa óptica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural¹.

A integração e/ou exclusão de áreas agrícolas na RAN está prevista no Dec. Lei

¹ Dec. Lei 73/2009, de 31 de Março, artigo 20º.

73/2009, de 31 de Março – Regime Jurídico da RAN². De acordo com este decreto, “as áreas da RAN são obrigatoriamente identificadas a nível municipal nas plantas de condicionantes dos planos especiais e dos planos municipais de ordenamento do território”³ (...) “identificando as exclusões de áreas que, em princípio, deveriam ser integradas na RAN, incluindo a sua fundamentação e indicação do fim a que se destinam”⁴. “(...) na elaboração da proposta de delimitação da RAN deve ser ponderada a necessidade de exclusão de áreas (...) destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e de infraestruturas.”⁵.

As áreas a integrar na RAN são as que apresentam elevada ou moderada aptidão para a atividade agrícola, de acordo com os critérios estabelecidos no diploma acima referido. Os solos são classificados em cinco classes de aptidão agrícola, tendo em atenção as suas características agroclimáticas, a topografia e os solos, sendo incluídos na RAN os que correspondem às duas classes de maior aptidão agrícola. Assim, integram a RAN⁶:

“1 – (...) as unidades de terra que apresentam elevada ou moderada aptidão para a actividade agrícola, correspondendo às classes A1 e A2 (...)”⁷;

2 – (...):

As áreas com solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch, (...);

As áreas com unidades de solos classificados como baixas aluvionares e coluviais;

As áreas em que as classes e unidades referidas nas alíneas a) e b) estejam maioritariamente representadas quando em complexo com outras classes e unidades de solo.”.

Podem ainda integrar-se na RAN as terras e os solos de outras classes quando⁸:

“a) Tenham sido submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar com carácter duradouro a capacidade produtiva dos solos ou a promover a sua sustentabilidade;

² Revoga a legislação anterior de 1989, ao abrigo da qual foi cartografada primeiramente a RAN.

³ *Idem*, art.º 11.

⁴ *Idem*, art.º 12, n.º 1, alínea b).

⁵ *Idem*, art.º 12, n.º 3.

⁶ *Idem*, art.º 8.

⁷ Nas áreas do País em que não tenha sido publicada a informação cartográfica e as notas explicativas, que materializam a classificação das terras da forma prevista, e para efeitos de delimitação da RAN, os solos classificam-se segundo a sua capacidade de uso – mantém-se a classificação que vigorava até à publicação do novo regime (*Idem*, art.º 7).

⁸ *Idem*, art.º 9.

- b) O aproveitamento seja determinante para a viabilidade económica de explorações agrícolas existentes;
- c) Assumam interesse estratégico, pedogenético ou patrimonial.”

São solos não integrados na RAN, de acordo com o artigo 10º, nº 1, do mesmo Dec. Lei “(...) as terras ou solos que integrem o perímetro urbano identificado em plano municipal de ordenamento do território como solo urbanizado, solos cuja urbanização seja possível programar ou solo afecto a estrutura ecológica necessária ao equilíbrio do sistema urbano.”, sendo esta reclassificação apreciada e sujeita a aprovação no âmbito da comissão de acompanhamento.

Ao perímetro urbano correspondem espacialmente os solos classificados como solo urbano, classificação esta da responsabilidade dos municípios, no âmbito da elaboração ou revisão dos seus Planos Municipais de Ordenamento do Território. Esta classificação traduz a opção de planeamento territorial que determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre as classes de solo rural e de solo urbano⁹. Aos solos rurais correspondem os que se destinam “ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, a espaços naturais de proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmem o estatuto de solo urbano.”¹⁰. É nesta categoria que, naturalmente, se integram os solos classificados como RAN.

Aos solos urbanos correspondem os que se destinam “a urbanização e a edificação urbana”¹¹ e a sua “classificação fundamenta-se na indispensabilidade e adequação quantitativa e qualitativa de solo para implementar a estratégia de desenvolvimento local”¹².

Do exposto, decorre que poderá haver reconversão de solo rural em solo urbano com “(...) carácter excepcional e depende da comprovação da sua necessidade face à dinâmica demográfica, ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística (...)”¹³.

Destas considerações depreende-se que, a partir do momento em que se define o perímetro urbano de um dado município, os solos nele integrados serão tidos como solo urbano, independentemente da sua classificação inicial, se a estratégia de

⁹ Cf. Decreto Regulamentar nº 11/2009, de 29 de Maio.

¹⁰ *Idem*, artigo 4º, nº 2.

¹¹ *Idem*, artigo 4º, nº 3.

¹² *Idem*, artigo 6º, nº 3.

¹³ *Idem*, artigo 7º.

desenvolvimento municipal comprovar a necessidade da sua utilização. A existência e manutenção de solos rurais (classificados como RAN ou não) depende assim, em grande medida, da estratégia de desenvolvimento definida ao nível municipal e da sensibilidade existente para a sua salvaguarda.

No entanto, ao nível da elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente dos Planos Directores Municipais (PDM), o ministério que tutela a RAN refere que, analisando a delimitação dos perímetros urbanos no âmbito da designada primeira geração de PDM, verificam-se situações em que não foi permitido manter áreas classificadas como RAN mas, noutros casos, isso aconteceu, nomeadamente em áreas da RAN onde a edificação não era possível – caso dos aluviões na envolvente das linhas de água que percorrem o perímetro urbano (MADRP/DGADR¹⁴, 2011). Estas áreas foram classificadas como áreas urbanas mas com carácter *non aedificandi*, incluídas na classe de Espaços Verdes Urbanos. Face à diversidade de situações que se verificam, no âmbito da revisão dos PDM deverá ser feita uma análise caso a caso, não aplicando diretamente o estabelecido no regime jurídico da RAN – não integração das áreas RAN dentro do perímetro urbano – e acrescentam que, *“para as áreas da RAN dentro de perímetros urbanos, que mantenham dimensão e importância (física e ou económica) para o desenvolvimento agrícola, se deverá ponderar a sua reclassificação em solo rural, redefinindo-se o perímetro urbano.”*¹⁵.

No caso específico em análise, esta possibilidade de reconversão de solo urbano em solo rural assume particular importância, reconhecendo-se que as áreas mais baixas e mais planas, mais propícias à implantação de grandes empreendimentos comerciais, incluem-se frequentemente dentro da classificação de melhores solos agrícolas, portanto solos RAN.

4 Agricultura em espaço urbano

A presença da agricultura em meio urbano é uma ideia recentemente recuperada entre nós nas hortas sociais ou urbanas, promovidas por alguns municípios e/ou instituições da sociedade civil. Em Portugal, à semelhança do que antes aconteceu no

¹⁴ Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas/Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

¹⁵ *Idem*: 22.

resto da Europa, assiste-se cada vez mais ao desenvolvimento de atividades relacionadas com esta temática¹⁶.

Diferente – no objetivo e na execução – da agricultura tradicionalmente praticada em campos agrícolas, a agricultura urbana desenvolve-se de forma espontânea ou organizada, em espaços públicos ou privados, individuais ou coletivos e localiza-se dentro do perímetro urbano, quer na periferia – em áreas mais vastas, específicas para o efeito, quer no seu interior – em pequenos quintais. Praticada em áreas relativamente pequenas, regra geral é realizada por agricultores a tempo parcial, com poucos conhecimentos técnicos, uma vez que essa não é (ou não era) a sua atividade principal (Pinto, 2007)¹⁷.

Várias razões podem ser apontadas para esta nova procura social, de onde destacamos a necessidade de uma maior aproximação à natureza que alivie a pressão crescente do quotidiano, como atividade de recreio e lazer. Associada a esta necessidade está por vezes a consciência de reduzir a dependência de alimentos vindos do exterior, com maior qualidade e proporcionando maior segurança alimentar. Por outro lado – e esta será uma razão mais recente entre nós face à situação financeira que o País atravessa – encontram-se um grupo de pessoas desempregadas que, desta forma, providenciam alimentos de boa qualidade às suas famílias, minimizando os danos financeiros, sociais e pessoais inerentes à perda de subsistência.

Esta ideia de retorno às funções produtivas em meio urbano não é contudo uma novidade para quem, como Ribeiro Telles, ao longo da sua vida defendeu a ideia da permanência e desenvolvimento destas hortas urbanas, por diversas razões. Por um lado advoga as qualidades importantíssimas da vegetação na cidade, em termos de melhoria das condições de salubridade dos aglomerados urbanos. Por outro, enquanto elo de ligação entre o Homem da cidade e a Natureza, respondendo a muitas necessidades de ordem espiritual e psicológica. E realça ainda o valor económico e social destas hortas: *“Tendo o crescimento desordenado das cidades provocado o afastamento das hortas características dos arredores, (...), pretende-se que muitas áreas de aptidão hortícola continuem, dentro da cidade, na mesma função. Estas*

¹⁶ Uma pesquisa rápida na *Internet* permite encontrar um vasto conjunto recente de conferências e artigos (científicos e não científicos), dissertações e teses, *blogs*, partilha de experiências e de opiniões, entre outros. Veja-se, a título de exemplo, o “Portal da Agricultura Urbana e Peri-urbana (PORTAU)” <http://www.portau.org>.

¹⁷ A autora refere que uma mini-horta intensiva pode ter apenas 2,25m², podendo uma horta familiar apresentar uma superfície máxima de 2 000m². Acrescenta que o lote convencional funcional apresenta, geralmente, uma dimensão entre 200 e 300m².

poderão ser zonas com moradias unifamiliares e pequenos hortejos para determinados condicionalismos sociais, ou simples áreas de hortas para serem trabalhadas por habitantes de blocos habitacionais próximos mediante o pagamento de uma taxa. Trabalhando apenas nas horas de desocupação conseguem famílias de determinados meios obter, em cerca de 400m², 40% da sua alimentação em legumes.” (Telles, 1957: 140). Numa outra comunicação, quarenta anos depois, Telles (1996) reitera o interesse e valor destes espaços agrícolas, quando afirma que 30% da agricultura dos países da União Europeia não era feita por agricultores, mas por pessoas que têm outras profissões. Acrescenta que, em 1987, existiam 3 000 hortas urbanas em Lisboa, as quais eram essências à sobrevivência de 3 000 famílias. Visionando o futuro, adianta que o Homem do séc. XXI não será nem rural nem urbano mas sim ambos em simultâneo, devendo a cidade ser pensada no sentido de integrar essas duas valências.

A par de questões socioeconómicas acima referidas, a existência de hortas em meio urbano proporciona outros benefícios de natureza ecológica e ambiental, constituindo espaços que devem integrar a estrutura ecológica municipal, fazendo parte do ecossistema urbano. São fundamentais na reconversão de espaços vazios ou degradados e de espaços indevidamente ocupados por funções cuja expressão se mostra hoje desajustada face às necessidades da sociedade, nomeadamente recuperando a permeabilidade do solo.

Pinto (2007) vai mais longe, considerando que estas áreas deverão ser desde logo integradas no modelo de desenvolvimento da cidade, tendo em atenção a relação benéfica com outros componentes do ambiente urbano, revelando funções para além da produção e trazendo benefícios económicos, sociais e ambientais para as cidades. Em síntese, Cook, Lee & Perez-Vasquez (2005 *in* Matos, 2010:205) apontam um conjunto de benefícios:

- Sociais (lazer; fomentando grupos locais; terapia para indivíduos com necessidades especiais, reabilitação para jovens);
- Ambientais (renovação de espaços urbanos abandonados, diversificação do uso da terra urbana, aumento da biodiversidade, preservação do ciclo da água, do solo e do ar, redução da pegada ecológica);
- Humanos (promoção da sociabilidade através do encorajamento das qualidades pessoais como o altruísmo, melhoria da qualidade de vida pelo contato social, benefícios para a saúde através de exercício físico, melhor qualidade e mais diversidade alimentar);
- Económicos (estímulo das economias locais);

- Emocionais (pela pausa que pode constituir no quotidiano monótono e cinzento dos cidadãos, possibilitando que se apercebam da dimensão real do tempo).

Nesta perspectiva, importa equacionar de que forma a atual procura e retorno à agricultura urbana pode contribuir para a recuperação de áreas em declínio – como as áreas comerciais – num processo de reconversão funcional dessas áreas.

5 Évora *ShoppingScapes*, um caso de estudo¹⁸

Contemporaneamente a cidade de Évora abarca duas unidades de paisagem distintas. O núcleo antigo, implantado numa colina com domínio sobre uma vasta planície, é denso e coeso, e está cada vez mais desertificado e abandonado. A periferia desenha uma cintura descontínua, fragmentada, de bairros e áreas industriais e de terciário que se desenvolveram em manchas isoladas. Esta é uma área que sofreu um processo de acelerada urbanização, onde são particularmente evidentes as áreas de reserva e as expectantes ao uso e ao investimento (Figura 1). Aos primeiros eixos viários, radiais estruturadores, e primeiros bairros de origem clandestina, juntaram-se novas urbanizações e uma ocupação do espaço que segue uma lógica marcada pela definição em sectores funcionais – primeiramente delineados no Plano de Urbanização de Etienne de Gröer, da década de 40 e depois reafirmados ao longo dos planos posteriores¹⁹. Nessa zonagem funcional, os fatores topografia, ocupação do solo e estrutura da propriedade foram determinantes à opção de localização e definição de áreas marcadamente comerciais e industriais. Assim se compreende a distribuição de superfícies comerciais sobretudo no sector sul da cidade e muito pontualmente no sector nascente e poente – áreas onde a dimensão da propriedade é maior, onde a ocupação do solo é mais extensiva e onde o relevo é mais aplanado.

¹⁸ Onde se observam semelhanças com tantos outros espaços urbanos em Portugal.

¹⁹ Primeiros PDM e Plano Geral de Urbanização (1978-79, publicados em 1985), primeira revisão do Plano de Urbanização e do PDM (1993), segunda revisão do Plano de Urbanização (2000), segunda revisão do PDM (2008) e nas mais recentes revisões do Plano de Urbanização (2011) e do PDM (2013).



FIG. 1 - Paisagem de Évora, núcleo e periferia.

A diferenciação entre o espaço urbano e o espaço rural foi clara enquanto a cidade de Évora se manteve dentro de muralhas, tornando-se depois mais ambígua ao longo do século XX, mesmo quando estabelecidos os perímetros urbanos nos Planos de Urbanização. A definição legal para os limites da cidade é desde há muito indispensável à gestão e administração municipal *“Mas (...) o plano-zonamento não se mostra suficiente. O caso de Évora demonstra-o bem. O Plano de Urbanização, elaborado nos anos 70, foi respeitado e, no entanto, a Cidade não se mostra suficientemente estruturada, exactamente porque cresceu por zonas, de forma autónoma aos eixos viários estruturantes, antigas estradas sob as quais pendiam servidões.”* (Carvalho, 2003:131-132).

Associada à lógica de tal definição administrativa e urbanística concertaram-se dinâmicas e políticas urbanas que nem sempre conseguiram valorizar o potencial do território e da paisagem em presença.

Como antes manifestado, a afirmação económica da cidade é acompanhada pela *componente agrícola*, especialmente assegurada nas áreas de maior proximidade aos centros urbanos e complementadas por algumas áreas que lhe são interiores. Na cidade histórica de Évora são muitos os espaços abertos privados, de que são exemplo as hortas, pomares e quintais, principalmente no interior dos quarteirões e almuinhas, ferragiais, currais, e também hortas, na área não ocupada por construções dentro da muralha medieval: *“Hortas, pomares, vergéis e quintais distribuem-se aleatoriamente pelo miolo das construções, embora se note uma maior densidade de quintais e vergéis – espaços mais confinados –, no interior das cercas velhas, do que no espaço delimitado pelas cercas novas, onde um espaço mais amplo proporciona uma maior expressão dos*

elementos vegetais (...) Hortas e almuinhas distribuem-se sobretudo nos recintos delimitados pelas cercas novas”¹ (Carapinha, 1995: 37-40).

A circundar o recinto urbano encontrava-se uma utilização agrícola do solo que desenhava zonas agrícolas, concêntricas, de produção distinta, onde as quintas representaram, juntamente com as múltiplas hortas, ferragiais, vinhas e pomares, um importante meio de fornecimento de frutas e legumes frescos à cidade (Carapinha, 1995; Beirante, 1995).

A testemunhá-lo encontram-se, na envolvente da cidade histórica, as extensas áreas de melhores solos agrícolas (classe de capacidade de uso A, B e Ch) com características de integração na RAN (Figura 2).

Ora nas últimas décadas, com o crescimento urbano e a alteração dos padrões de vida, esta componente tem vindo notoriamente a perder expressão e importância. Como vimos anteriormente, os solos de maior potencial agrícola, logo que incluídos nos perímetros, são imediatamente desafetados das áreas de reserva agrícola nacional (Figura 3). Esta é uma situação que há que reconsiderar.



FIG. 2 - Solos integráveis na RAN de Évora de acordo com o Decreto-Lei 73/2009 - classes de capacidade de uso A, B e Ch (nº 2 do artigo 8).



FIG. 3 - Áreas RAN identificadas na carta de condicionantes do PDM (2008), exteriores ao perímetro urbano de Évora.

Tais áreas com elevado potencial agrícola são então destinadas a cumprir as mais variadas funções urbanas, com particular destaque para as habitacionais, industriais e terciárias e só muito excepcionalmente espaços abertos urbanos onde a presença da natureza se evidencie (Figura 4).

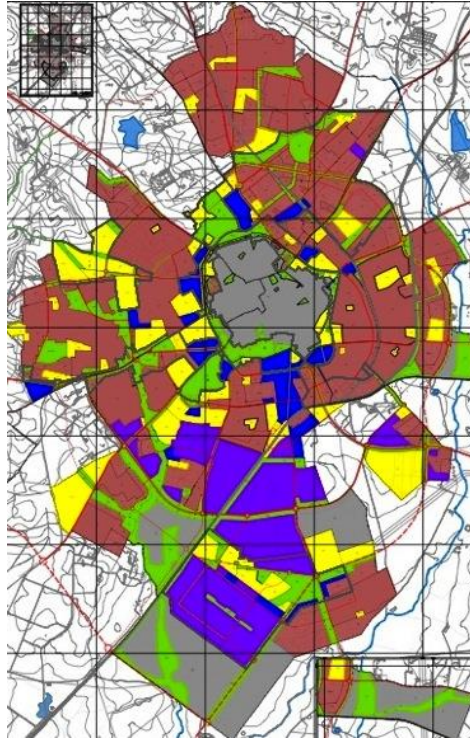


Fig. 4 - Plano de zonamento (PDM, 2013). A roxo áreas de indústria, a azul áreas de terciário, a castanho áreas habitacionais, a amarelo áreas de equipamentos e a verde estrutura ecológica urbana.

Relativamente à *componente comercial*, também como já afirmado, é na Idade Média que a cidade cresce como entreposto comercial, altura em que surgem novas tipologias de espaço aberto urbano particularmente vocacionadas a essa função. Como observado por Freire (1999), os rossios em Évora²⁰ atestam essa dinâmica e função comercial, de grande importância e significado, particularmente importante no

²⁰ O primeiro, adjacente ao núcleo mais antigo, junto à cerca romano-goda, hoje correspondente à principal praça da cidade – a praça do Giraldo, e o segundo, o rossio de S. Brás, exterior à cerca medieval, ainda hoje existente.

passado e nos últimos anos em declínio. O rossio de S. Brás foi localizado de modo periférico e exterior ao núcleo urbano, no sector sul, numa zona mais aplanada e mais fértil. É um lugar significativamente amplo, livre e multifuncional onde são primordiais as funções agrícolas e comerciais. É local de feiras, provavelmente desde meados do século XIV (altura em que a Feira de Santiago²¹ foi transferida da Praça da cidade para o rossio de S. Brás; a feira mais conhecida, a de S. João, ocorre lá desde o século XVI²²) e, mais recentemente, é local de mercados semanais e mensais²³. As funções produtivas comprovam-se pelas atividades agrícolas que a população da urbe desenvolvia também no rossio – lá era praticada uma agricultura ligada à produção de frescos, cereais e pastagens e, decorrentes dessa produção, efetuavam-se atividades agrícolas²⁴.

Falamos então de um período em que as componentes agrícola e comercial estão especialmente ligadas e são fundamentais à vida urbana. Espaços agrícolas e espaços comerciais desenvolvem-se em estreita relação e dependência, dinâmica de que é exemplar, como vimos, o espaço multifuncional rossio: *“A existência de pequenos hortejos mantinha, sob um aspecto mais íntimo, o contacto com o ritmo e pulsar da Natureza. Sempre, porém, a pequena distância a que o campo se encontrava permitia uma interligação e um conhecimento mútuo do ‘facies’ urbano com o ‘facies’ rural. Os rossios com os seus mercados eram as consequências palpáveis desse ajustamento de dois mundos já diferenciados mas não isolados.”* (Telles, 1957:137-138). Uma tipologia de espaço que é defendida por Freire (2012) como possuindo uma contribuição sugestiva de soluções inovadoras e sustentáveis sobre como desenhar, planejar e gerir as cidades atuais, no contexto da dinâmica que caracteriza a sociedade urbana.

Nas últimas décadas, a componente comercial é claramente intensificada e inovada com prejuízo da tradicional componente agrícola. Assiste-se à estratégia de uma cidade de serviços, fortemente acompanhando por dinâmicas comerciais, que refletem a atual sociedade de consumo. Grandes armazéns comerciais e de serviços, hipermercados e agora o *shopping center*²⁵ ocupam áreas, ao longo de décadas,

²¹Inicialmente feira anual, no final do século XIV é semanal onde, para além dos produtos de abastecimento não diário, se vendia gado. Na altura, o abastecimento quotidiano era feito no açougue e no mercado ao ar livre que se efetuava no primeiro rossio da cidade (Beirante, 1995: 456-457).

²²Outras, de importância mais reduzida e data posterior, acentuam esta função comercial como a dos Ramos a de N.º Sr.ª das Candeias.

²³As feiras e mercados de gado também lá aconteceram até meados do século passado.

²⁴São conhecidos os aforamentos de terrenos realizados no rossio para essa produção Cf. Beirante (1995) e Moniz (1997).

²⁵Um imóvel, agora em obra, de cerca de 20 000 m² de área de construção com 16 400 m² de área bruta locável, distribuídos por dois pisos, adjacente ao limite urbano do sector sul, na área industrial. Uma notícia de 11.12.2102 refere que *“a promotora EVRET informou que o único centro comercial com estas características na região surge numa altura em que a conjuntura económica nacional é de extrema*

destinadas aos sectores da indústria e do terciário. Comércio interiorizados em grandes espaços fechados e estruturas de apoio exteriores, que se especializam, se amontoam e repetem no espaço, insensatamente face à população existente e às singularidades dos lugares (Figuras 5). O aparecimento destas grandes superfícies comerciais, procuram *“locais de boa acessibilidade automóvel e correspondem, todos eles, a peças isoladas, centrados sobre si próprios, não buscando a relação com a envolvente. É o caso de Évora, em que se localizam junto aos eixos radiais de acesso à Cidade, acrescentando à sua vivência apenas uma nova função autónoma.”* (Carvalho, 2003: 132) (Figura 6).

Presentemente assiste-se à entrada em decadência de muitos desses espaços. Uns entretanto abandonados estão já em processo de degradação e/ou de destruição (Figura 7). Muitos outros encontram-se ainda em uso, mas em situação muitas vezes precária, dada a diminuição da capacidade económica dos consumidores (Figura 8). Este conjunto de espaços equivalem, como antes afirmámos, a paisagens auge de uma sociedade de consumo, otimista e incontrolável, que hoje se manifesta em sentido contrário, tornando-se paisagens em decadência, chocantes, refletindo o momento de crise em que vivemos.



FIG. 5 – Periferia urbana de Évora, no sector Sul, mais aplanado, onde as mega estruturas comerciais se sobrepõem à imagem do perfil da cidade histórica.



FIG. 6 – Impermeabilização do solo concretizada pelas áreas comerciais e estruturas de apoio.

dificuldade. No entanto, o interesse manifestado por um conjunto de marcas de grande reputação é uma garantia de sucesso.”
<http://www.segurancaonline.com/noticias/detalhes.php?id=1002> (consulta em 13.05.2013).



FIG. 7 – Exemplo de um espaço abandonado em processo avançado de degradação. FIG. 8 – Espaço comercial recentemente encerrado.

Relativamente à componente agrícola há que assinalar que o município de Évora, neste último ano, dinamizou a prática agrícola no espaço urbano. Fundamenta-o na ideia de que “(...) o atual estágio de desenvolvimento social e as grandes questões ambientais que enfrentamos obrigam-nos a repensar comportamentos e modos de vida”²⁶.

Esta surge um pouco à semelhança do que acontece nas áreas próximo das grandes cidades – onde florescem os arrendamentos municipais e privados de talhões de terras para a produção de produtos hortícolas e frutícolas (muitas vezes tomando a designação de hortas urbanas e hortas sociais). Esta revalorização da componente de produção na cidade expressa a compreensão de uma prática que envolve os domínios sociais e económicos, os ecológicos e os pedagógicos: “Esta nova forma de produção de alimentos contribui para aumentar a autonomia alimentar das famílias, fomenta práticas de consumo mais equilibradas, amplia a biodiversidade, alicerça a consciência da necessidade do desenvolvimento sustentável, potencia a convivência familiar e comunitária e contribui para uma melhor consciência ambiental”²⁷.

Estas áreas agrícolas, situadas no sector norte da cidade em terrenos do município, apresentam uma expressividade claramente reduzida – 15 600m² de área total (menos que a prevista para o novo centro comercial), distribuídos em 227 talhões de 45m² cada – mas o significado é muito grande, como o comprova uma oferta até

²⁶ Cf. ‘Hortas Urbanas de Évora. Regras de acesso e utilização’ (aprovada na RP em 8 de Fevereiro de 2012).

²⁷ Idem.

agora incapaz de superar a procura. Os interessados são horticultores provenientes de todos os sectores de atividade (primários, secundário e terciário) e de todas as idades.

Observamos assim a necessidade de, no momento presente, reavaliar as funções e os valores em presença, particularmente nas áreas que no interior do perímetro urbano se inscrevem dentro dos solos mais aptos à agricultura (RAN) e que entretanto foram ocupadas e/ou fortemente impermeabilizadas e se encontram presentemente em processo de declínio ou abandono. A proposta assenta então nas ideias de reconverter usos a que acrescem valores – revigorar a cultura da terra, com valorização do património natural e cultural.

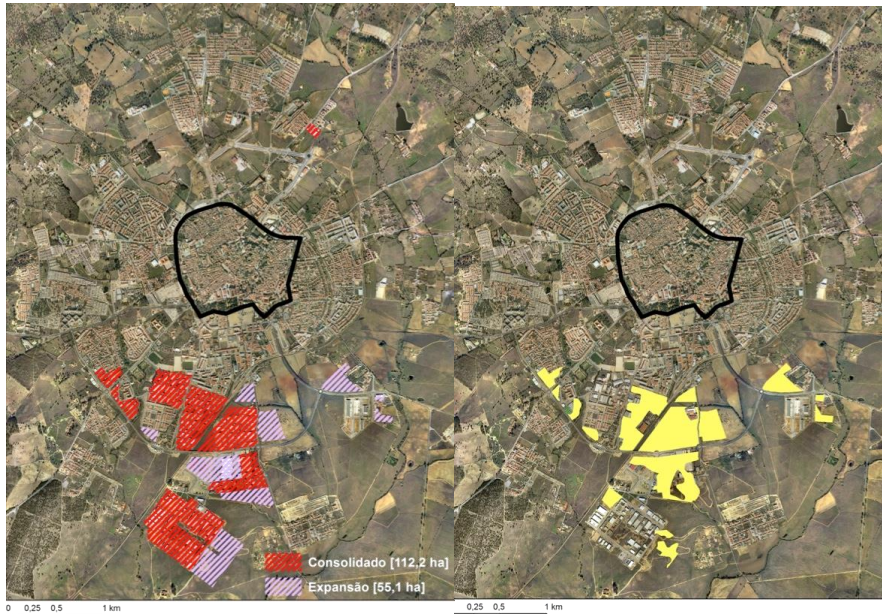
O significado da nossa proposta expressa-se na contabilização que, a título ilustrativo, fazemos desse solo RAN particularmente para áreas com uso industrial (onde se integra presentemente uma parte significativa da componente terciária) que pode ser parcialmente recuperado (Figura 9) (Figura 10). Uma análise imediata dos números permite verificar que aproximadamente 50% da área para indústria (consolidada e expansão) corresponde a áreas inicialmente de RAN, agora desafetadas para aquele uso.

Numa altura em que a capacidade económica da sociedade determina uma procura comercial muito inferior à oferta existente, e face às dinâmicas de sinal contrário em busca de atividades mais relacionadas com a agricultura em espaço urbano, considera-se fundamental reequacionar:

A necessidade de expansão de áreas para uso comercial quando muitas delas se encontram em declínio;

A possibilidade da sua *reconversão funcional*, nomeadamente através da sua total destruição e consequente alteração de solo urbano em solo rural (eventualmente reajustando o atual perímetro urbano) ou outra forma que permita a sua utilização como áreas agrícolas;

A integração de áreas agrícolas no modelo de desenvolvimento urbano, podendo revelar-se uma nova função na cidade (*cf.* defendido por Pinto, 2007), dando resposta programada a uma procura existente e ainda insuficiente e tirando partido dos benefícios que estas áreas proporcionam no espaço urbano.



6 Conclusão

A nossa investigação centraliza-se assim na ideia de *reconversão funcional*. Um desígnio que decorre não só da atual conjuntura económica e social, mas também das contribuições trazidas pela mais recente investigação no âmbito da agricultura urbana. Será então esta a oportunidade de retorno à função produtiva original desses espaços – predominantemente planos, localizadas em situações de anterior significativa fertilidade – e acrescentar-lhe outros valores? Entendemos que sim. A complexidade dessa evolução espacial mostra-nos que os ideais, os desafios e as realizações urbanas são efetivamente dinâmicas. A inevitabilidade da decadência de um dado espaço ou paisagem ou a comprovação do seu fracasso, conduz ao reavaliar das funções do espaço e dos valores em presença.

No caso em estudo compreende a restituição de áreas permeáveis – que encerram em si, dada a localização que apresentam, um enorme potencial agrícola – com retorno às funções produtivas em meio urbano.

Referências

- Beirante, A. (1995) Évora na Idade Média, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, FCG/JNICT, Lisboa.
- Bohn, K. & Viljoen, A. (2005) More space with less Space: an urban design strategy, in: A. Viljoen, (Ed.). CPULs, continuous productive urban landscapes – designing agriculture for sustainable cities. Oxford: Architectural Press. Elsevier, pp. 10-16.
- Carapinha, A. (1995) Da essência do Jardim Português, Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, vols. I e II, Universidade de Évora, Portugal.
- Carvalho, J. (2003) Ordenar a cidade, Quarteto Editora, Coimbra, Portugal.
- Donadieu, P. (2006) Campagne urbaine, una nuova proposta di paesaggio della città. Roma: Donzelli Editore.
- Freire, M. (1999) Rossios, do significado urbano. Um caso estudo, o rossio de Évora. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Universidade de Évora, Portugal.
- Freire, M. (2012) The reason why the rossios should be reinvented in the contemporary city, in: M. Pinto da Silva (Coord.). 'EURAU12 Porto | Espaço Público e Cidade Contemporânea: Atas do 6º European Symposium on Research in Architecture and Urban Design'. FAUP. Porto. Portugal. ISBN 978-989-8527-01-1.
- Grima, J. (2011) Catálogo da Exposição Utilitas Interrupta. EXD'11 Useless. Lisboa, Portugal.
- MADRP/DGADR (2011) Manual de apoio aos técnicos do MADRP para acompanhamento dos PDM. Lisboa. Portugal.
- Matos, R. (2010) A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano – reflexões. Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem. Universidade de Évora, Portugal.
- Moniz, M. (1997) As feiras de Évora, Novos Estudos Eborenses, n.º 1, Câmara Municipal de Évora, Portugal.
- Pinto, R. (2007) Hortas urbanas: Espaços para o desenvolvimento sustentável de Braga. Dissertação de Mestrado em Engenharia Municipal, área de especialização em Planeamento Urbanístico. Universidade do Minho, Portugal.

Telles, G. R. (1957) A importância actual da vegetação na cidade, Revista AGROS, Ano XL, Março-Abril, nº 2, Número Especial dedicado à Arquitectura-Paisagista, Associação de Estudantes de Agronomia/Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal, pp. 137-141.

Telles, G. R. (1996) Um novo conceito de cidade: a paisagem global, Contemporânea Editora, Conferências de Matosinhos – Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos, Portugal, pp. 7-20.

Telles, G. R. (1997) Paisagem Global, in: Paisagem, DGOTDU, Lisboa, Portugal, pp. 29-45.

Nota

As autoras agradecem ao Mestre Nuno Gracinhas Guiomar (Universidade de Évora) o apoio prestado na obtenção de plantas e quantitativos relativos à RAN.